



# FAPEC 2022

## CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – SAD/SES/2022 PROVIMENTO NOS CARGOS DA CARREIRA DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Horário: **15h**

**TARDE**

Duração da prova: **4h**

Cargo:

Cód.: **3019**

**ESPECIALISTA DE  
SERVIÇOS DE  
SAÚDE**

**GESTOR DE  
SERVIÇOS DE  
SAÚDE**

**DIREITO**

### INSTRUÇÕES

1. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
2. Para fazer esta prova, você usará: a) este caderno de questões; b) um cartão-resposta.
3. Ao receber autorização, verifique se no caderno constam todas as **80 (oitenta)** questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida. Se houver, reclame imediatamente ao fiscal de sala.
4. Verifique, no cartão-resposta, se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
5. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E.

Transcreva para o cartão-resposta a alternativa correta.

Há somente uma alternativa correta para cada questão.

Exemplo: Se a alternativa correta de uma determinada questão for B, o candidato deverá preencher totalmente o retângulo correspondente, com caneta esferográfica azul ou preta, conforme modelo abaixo:

A	■	C	D	E
---	---	---	---	---

6. Não faça rasuras no cartão-resposta.
7. Procure responder a todas as questões.
8. Durante a prova, não se admite que o candidato comunique-se com outros candidatos, efetue empréstimos, use meios ilícitos ou pratique atos contra as normas ou a disciplina. A fraude, a indisciplina e o desrespeito aos Fiscais encarregados dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
9. É expressamente proibido que o candidato utilize quaisquer meios de comunicação durante sua permanência no local de prova. Os aparelhos celulares deverão estar desligados, não sendo permitido que eles toquem em nenhum momento durante a realização da prova.
10. **Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas, com sua caligrafia usual:**

**Devagar se vai ao longe.**



Leia o texto a seguir. As questões de **01** a **05** referem-se a ele.

Tiago Vianna Gomes, 28 anos, foi preso duas vezes por crimes que não cometeu. Isso aconteceu porque uma foto dele constava em álbum de suspeitos, em uma delegacia de polícia. Tiago foi denunciado, apenas com base no reconhecimento de sua imagem, por crime de roubo, nove vezes. Em nenhum dos sete casos já encerrados, foi considerado culpado. Dois casos ainda tramitam na Justiça.

O relatório "O reconhecimento fotográfico nos processos criminais no Rio de Janeiro", divulgado nesta quinta (5) pela Defensoria Pública do Estado (DPRJ), mostra que o que ocorreu com Gomes, morador de Mesquita (RJ), não é exceção. De um total de 242 processos analisados pela DPRJ, que se basearam em reconhecimento fotográfico, os réus acabaram sendo inocentados em 30% dos casos julgados.

Entre as 65 pessoas consideradas inocentes, 83%, ou seja, 54 pessoas, haviam tido a prisão preventiva decretada. Até serem absolvidas, ficaram presas, em média, um ano e dois meses. O período mais curto foi 24 dias e o mais longo, seis anos.

"Eu fiquei praticamente nove meses preso, sem ter feito nada", diz Gomes. "Sempre trabalhei fixo, de carteira assinada, e agora não consigo mais trabalho. Já entreguei diversos currículos e não fui mais chamado. Acho que a Justiça é muito falha, acho que antes tinha que pesquisar a vida da pessoa, ver quem é, ver se é de boa ou má índole."

[...]

(TOKARNIA, Mariana. Reconhecimento fotográfico de réu pode levar a erro, diz relatório. *Jornal do Brasil*, 5 de maio 2022. Fragmento (com adaptações). Disponível em:

<https://www.jb.com.br/pais/direitos-humanos/2022/05/1037317-reconhecimento-fotografico-de-reu-pode-levar-a-erro-diz-relatorio.html>. Acesso em: 5 maio 2022)

**01** - Esta questão avalia conhecimentos sobre compreensão de texto, flexão das palavras e emprego de tempos e modos verbais. Assinale a alternativa que apresenta o comentário correto.

- A) Em "havam tido" (3º parágrafo), o verbo "haver" não poderia estar flexionado no plural.
- B) "havam tido" (3º parágrafo) equivale a "tiveram" e corresponde ao pretérito perfeito do indicativo.
- C) A expressão "Até serem absolvidas" (3º parágrafo) pode ser substituída por "Até que sejam", sem prejuízo ao sentido do texto.
- D) Equivalente a "tiveram", a forma "havam tido" (3º parágrafo) expressa um fato anterior a "[foram] consideradas inocentes", correspondendo ao pretérito mais-que-perfeito.
- E) O uso do presente em "tramitam" (1º parágrafo), "mostra" (2º parágrafo) e "[não] consigo" (4º parágrafo) produz o

mesmo efeito de sentido: presentificação de fatos passados.

**02** - Esta questão avalia conhecimentos sobre diferentes itens do conteúdo previsto para a prova. Assinale a alternativa correta sobre o respectivo item.

- A) Termos da oração: o sujeito de "Até serem absolvidas" (3º parágrafo) é indeterminado.
- B) Formação de palavras: a palavra "roubo" (1º parágrafo) é formada por derivação imprópria.
- C) Uso de homônimos: se a palavra "índole" (4º parágrafo) for substituída por "caráter", o adjetivo "má" será substituído por "mau".
- D) Pontuação: usou-se a vírgula antes de "nove vezes" (1º parágrafo) e de "seis anos" (3º parágrafo) para isolar o adjunto adverbial.
- E) Reforma Ortográfica: a palavra "réus" (2º parágrafo) não deveria estar graficamente acentuada, pois o acento em ditongos abertos foi abolido pela Reforma Ortográfica.

**03** - A única alternativa em que o termo NÃO exerce função de predicativo é:

- A) fixo (4º parágrafo).
- B) culpado (1º parágrafo).
- C) decretada (3º parágrafo).
- D) absolvidas (3º parágrafo).
- E) inocentados (2º parágrafo).

**04** - A classe da palavra está corretamente indicada na alternativa:

- A) "o" (em "o que ocorreu", 2º parágrafo): artigo definido.
- B) "se" (em "ver se é", 4º parágrafo): conjunção integrante.
- C) "falha" (em "a Justiça é muito falha", 4º parágrafo): verbo.
- D) "trabalho" (em "não consigo mais trabalho", 4º parágrafo): verbo.
- E) "mais" (em "não fui mais chamado", 4º parágrafo): pronome indefinido.

**05** - Sobre o emprego dos sinais de pontuação no texto, é correto afirmar que:

- A) a expressão "morador de Mesquita (RJ)" está entre vírgulas porque exerce função de vocativo.
- B) entre "mostra" e "que o que ocorreu" (2º parágrafo), deveria haver uma vírgula: "mostra, que o que ocorreu".
- C) entre "mostra que" e "o que ocorreu" (2º parágrafo), deveria haver uma vírgula: "mostra que, o que ocorreu".
- D) no 3º parágrafo, há um erro de pontuação: uso de vírgula entre "54 pessoas" e "havam tido", separando sujeito e predicado.
- E) se eliminarmos a vírgula que antecede o pronome relativo "que" em "que se basearam em reconhecimento fotográfico"

(2º parágrafo), comprometeremos os sentidos de explicação e generalização do enunciado.

**06** - Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal.

- A) Frente a frente com a mulher descontrolada, ele pôs-se a correr; não importava-lhe que o chamassem de covarde; ele queria sobreviver.
- B) Frente a frente com a mulher descontrolada, ele se pôs a correr; não lhe importava que o chamassem de covarde; ele queria sobreviver.
- C) Frente a frente com a mulher descontrolada, ele pôs-se a correr; não lhe importava que chamassem-no de covarde; ele queria sobreviver.
- D) Aqui está o texto de cuja importância falei-lhe ontem. Você não vai se arrepender de reservar um tempo para o ler.
- E) Me disseram que é melhor que preparemos para o inverno deste ano.

A questão **07** refere-se ao seguinte texto: Encaminhamos \_\_\_\_\_ ofício para convidar Vossa Excelência e \_\_\_\_\_ família para a solenidade de posse do novo Secretário de Segurança Pública, \_\_\_\_\_ ocorrerá no próximo dia 15 de junho, a partir das 9 horas, no Centro de Convenções, situado na Rua X, nº 4.320, \_\_\_\_\_ cidade.

**07** - Observando as relações de coesão e o uso de pronomes, a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto é:

- A) este; vossa; na qual; nesta.
- B) esse; vossa; o qual; nesta.
- C) esse; vossa; cujo; nessa.
- D) este; sua; a qual; nesta.
- E) este; sua; onde; nessa.

**08** - O emprego de homônimos e parônimos está correto na alternativa:

- A) mal recebeu sua carteira de habilitação, já infringiu três artigos do Código de Trânsito Brasileiro.
- B) mau recebeu sua carteira de habilitação, já infligiu três artigos do Código de Trânsito Brasileiro.
- C) mal recebeu sua carteira de habilitação, já infligiu três artigos do Código de Trânsito Brasileiro.
- D) na eminência de um infarto, abandonou a sessão em que trabalhava e ligou para o Samu.
- E) na iminência de um infarto, abandonou a sessão em que trabalhava e ligou para o Samu.

**09** - A palavra "aconselhar" é formada por:

- A) prefixação e sufixação.
- B) derivação regressiva.
- C) parassíntese.
- D) aglutinação.

E) sufixação.

As questões **10**, **11** e **12** referem-se ao seguinte enunciado (com adaptações): "Hoje, há um mal inerente nas frases a penetrar nossos ouvidos como vertigem de labirintite a nos fazer temer os próprios passos, a nos fazer duvidar de que haja um amanhã de amor contraposto a este ódio pasmoso, renitente como a maleita, deformador como a lepra, viscoso como rastro da serpente." (Adhemar Bahadian. grifos nossos).

**10** - Das palavras grifadas no texto, qual está corretamente classificada?

- A) Mal: adjetivo.
- B) Mal: advérbio.
- C) Como: preposição.
- D) Amanhã: advérbio.
- E) Deformador: adjetivo.

**11** - Ocorre, no texto, um caso de derivação imprópria. Em qual das alternativas se apresenta a palavra que exemplifica esse processo de formação?

- A) Amanhã.
- B) Pasmoso.
- C) Vertigem.
- D) Labirintite.
- E) Contraposto.

**12** - A análise do(s) termo(s) oracional(is) está correta na alternativa:

- A) de labirintite: objeto indireto.
- B) de labirintite: complemento nominal.
- C) os próprios passos: sujeito; "os" e "próprios": adjuntos adnominais.
- D) a este ódio pasmoso: objeto indireto; "a", "este" e "pasmoso": adjuntos adnominais.
- E) a este ódio pasmoso: complemento nominal; "este" e "pasmoso": adjuntos adnominais.

**13** - O emprego (presença ou ausência) do "acento" indicativo de crase está correto na alternativa:

- A) os horários de atendimento presencial à população ficam assim definidos: de segunda à quarta-feira, das 7h às 16h30min; de quinta-feira à sábado, das 7h às 13h, sempre obedecendo a ordem de chegada.
- B) os horários de atendimento presencial a população ficam assim definidos: de segunda a quarta-feira, das 7h às 16h30min; de quinta-feira à sábado, das 7h às 13h, sempre obedecendo a ordem de chegada.
- C) os horários de atendimento presencial à população ficam assim definidos: de segunda a quarta-feira, das 7h às 16h30min; de quinta-feira a sábado, das 7h às 13h, sempre obedecendo à ordem de chegada.
- D) o atendimento à gestantes, portadores de deficiências e idosos e às demais categorias

com direito à atendimento preferencial será realizado em guichês específicos a essa finalidade.

- E) o atendimento a gestantes, portadores de deficiências e idosos e as demais categorias com direito a atendimento preferencial será realizado em guichês específicos à essa finalidade.

**14 -** Esta questão avalia conhecimentos sobre prosódia e acentuação. Assinale a alternativa que traz os comentários corretos.

- A) As palavras "interim" e "rubrica" devem ser pronunciadas como oxítona e proparoxítona, respectivamente. A segunda deve ser graficamente acentuada: "rúbrica".
- B) As palavras "cateter" e "recem" devem ser pronunciadas como paroxítonas e, consideradas suas terminações (em "r" e "em"), devem receber acento gráfico: "catéter" e "récem".
- C) Nas palavras "gratuito" e "ruim", o "i" deve ser pronunciado como a vogal tônica. A primeira deve receber acento gráfico porque o "i" forma hiato com a vogal anterior: "gratuíto".
- D) As palavras "ruim" e "interim" devem ser pronunciadas como oxítonas. O "i" da primeira deve receber acento gráfico, pois forma hiato com a vogal anterior.
- E) As palavras "cateter" e "ruim" devem ser pronunciadas como oxítonas e não recebem acento gráfico.

**15 -** Assinale a alternativa em que NÃO há erro de acentuação.

- A) Apneia; aneis; adenoide; cresci.
- B) Apnéia; anéis; adenóide; crescí.
- C) Apneia; anéis; adenoide; cresci.
- D) Apneia; anéis; adenoide; crescí.
- E) Apneia; aneis; adenoide; crescí.

**16 -** Consideradas as regras definidas pela Reforma Ortográfica acerca do uso (presença ou ausência) de hífen, a alternativa correta é:

- A) autoescola; porta-sonda; hiper-resistente.
- B) auto-escola; porta-sonda; hiperresistente.
- C) auto-escola; portassonda; hiper-resistente.
- D) autoescola; portassonda; hiper-resistente.
- E) autoescola; portassonda; hiperresistente.

**17 -** Com base em seus conhecimentos sobre encontros vocálicos e consonantais, dígrafos e tonicidade, assinale o comentário correto sobre a respectiva palavra.

- A) Contaram: a palavra é oxítona e contém um dígrafo e um ditongo, ambos nasais.
- B) Desenfreado: contém um dígrafo nasal, um encontro consonantal e um hiato.
- C) Contaram: a palavra é paroxítona e contém dois dígrafos nasais.
- D) Aquoso: a palavra é paroxítona e contém um dígrafo.

E) Água: a palavra é proparoxítona e contém um hiato.

**18 -** Assinale a alternativa em que as três palavras contêm tritongo.

- A) Ideia; goiaba; iguais.
- B) Ideais; iguais; plateia.
- C) Boiada; uruguaio; ideia.
- D) Uruguaio; iguais; apaziguou.
- E) Desafiou; perdoai; enxaguei.

**19 -** Assinale a alternativa correta quanto à pontuação.

- A) Nosso representante, expôs as reivindicações da categoria com muita convicção, porém, não conseguiu o apoio da maioria. Instaurando-se certa instabilidade entre os associados.
- B) Nosso representante expôs as reivindicações da categoria com muita convicção, porém não conseguiu o apoio da maioria, instaurando-se certa instabilidade entre os associados.
- C) Nosso representante, expôs as reivindicações da categoria, com muita convicção. Porém, não conseguiu o apoio da maioria instaurando-se certa instabilidade, entre os associados.
- D) A ausência de definição, do que é alimento integral permite diversas interpretações. O que significa que, muita gente, está sendo enganada. Ao comprar um produto que acredita que trará vantagens a sua saúde.
- E) A ausência de definição do que é: alimento integral, permite diversas interpretações, o que significa, que muita gente, está sendo enganada, ao comprar um produto que, acredita que trará vantagens a sua saúde.

**20 -** Assinale a alternativa correta quanto à grafia, à acentuação, à flexão das palavras e às relações de coesão.

- A) O livro que lhes apresento contém histórias extraordinárias. São contos com cujas personagens muitos de nós nos vamos identificar.
- B) O livro que os apresento livro contém histórias extraordinárias. São contos que as personagens muitos de nós vamos identificar-se com elas.
- C) O livro que lhes apresento traz histórias extraordinárias. Tratam-se de contos na qual os protagonistas vivem experiências muito semelhante às que vivenciamos no dia a dia.
- D) O livro que os apresento traz histórias extraordinárias. Esse livro contém contos os quais os protagonistas vivem experiências muito semelhantes às que vivenciamos no dia-a-dia.
- E) O livro que apresento a vocês trás histórias extraordinária. É um livro que contém contos no qual muitos de nós vamos identificar-se com as personagens.

**21 -** Todo computador moderno possui dispositivos como CPU, memória RAM, disco rígido e um sistema operacional. Por que a memória RAM é conhecida como *Random-access memory*?

- A) Porque é uma memória do tipo perene, ou seja, se você ligar e desligar o computador (corte total do fornecimento de energia), todos os dados ainda serão mantidos.
- B) Porque é uma memória igual à memória ROM e serve, exclusivamente, para inicialização do sistema operacional e depois é desabilitada.
- C) Porque é uma memória do tipo volátil e com acesso aleatório aos seus dados. Dessa forma, ao ser desligado o computador, seus dados são perdidos.
- D) Porque é uma memória do tipo volátil e com acesso linear e contínuo, por isso não pode ser superior a 2 vezes o número de cores lógico de processadores que há um múltiplo de 1GB.
- E) Porque é uma memória de acesso constante e sempre é vinculada diretamente ao disco rígido, para acelerar a transferência de dados sem interferência nenhuma da CPU, em qualquer situação.

**22 -** O que torna um software livre, geralmente, é a licença associada ao seu uso ou distribuição. Algumas vezes também tem relação com o acesso ao código ou o quão um código pode ou não ser compartilhado sem fins lucrativos. Entre os tipos de licenciamento de software comuns para softwares livres, assinale a alternativa correta que possui uma licença livre.

- A) GPL.
- B) GPT.
- C) DPD.
- D) KPH.
- E) MITE.

**23 -** Muitas vezes, para tornar uma apresentação mais agradável ao público alvo, utilizamos um mecanismo do Power Point que muda cores, ícones e imagens, para dar uma visão mais profissional ao conteúdo. Qual alternativa apresenta corretamente o mecanismo descrito anteriormente?

- A) Publicações.
- B) Planilhas.
- C) Macros.
- D) Temas.
- E) Guias.

**24 -** O navegador padrão de Internet do Windows 10 é o Microsoft Edge, que substituiu o Internet Explorer. Falando em navegadores de Internet, um outro navegador comum é o Google Chrome. Ele possui uma funcionalidade que permite que você transporte seus favoritos e senhas de um computador para outro, desde que essa configuração esteja ativa. Qual a

configuração que você deve ativar no Google Chrome para que isso seja possível?

- A) Sync.
- B) Cortana.
- C) Compilete.
- D) Mirror.
- E) Customize.

**25 -** O Windows tem um formato de arquivo muito útil para armazenar imagens, que era utilizado antigamente e conhecido como Bitmap ou mais comumente referenciado por sua extensão de arquivos do tipo BMP. Agora, nas versões mais modernas do Windows, ferramentas como Paint suportam novas tecnologias, como a que se encontra corretamente na alternativa:

- A) TKIP
- B) DAB
- C) HEYC
- D) PNG
- E) ZMP

**26 -** O Windows é o sistema mais comum em empresas e corporações. Contudo, como estações de trabalho são, muitas vezes, compartilhadas entre vários usuários, é comum termos na rede usuários móveis, ou seja, que podem autenticar em qualquer dispositivo. Entretanto, às vezes as estações são de uso exclusivo, pois determinadas aplicações são configuradas em uma determinada máquina. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, forma de entrada local no sistema no Windows 10.

- A) Bloqueio dinâmico parental.
- B) Chave de segurança.
- C) Token dinâmico TLS.
- D) Provisionamento Dinâmico.
- E) ATR Remoto.

**27 -** O LibreOffice é o concorrente livre do Microsoft Office. Quando falamos de planilhas eletrônicas, o Excel é uma ferramenta consolidada e muito utilizada e o Calc, alternativa livre, copia várias de suas funcionalidades. Dessa forma, assinale a alternativa que, corretamente, correlaciona uma função do Excel com a mesma funcionalidade no Calc.

- A) ARREDONDAR.PARA.CIMA - ROUND.UP.MAX
- B) ARREDONDAR.PARA.BAIXO - SUBTRACT.NATURAL
- C) ARRED - ARRED
- D) ASEN - SENO
- E) COMBIN - COMBINATION

**28 -** Antivírus são ferramentas muito importantes, e o Windows 10 já possui uma nativa. Qual o nome da ferramenta de antivírus que já vem nativamente instalada no sistema? Assinale a alternativa correta.

- A) Windows McAfee.
- B) Windows Baidu.
- C) Windows Bitdefender.
- D) Windows Defender.
- E) Windows Panda.

**29 -** O spyware é um tipo de software que:

- A) é instalado no seu sistema de forma não consentida, com o objetivo de colaborar com a proteção do computador.
- B) é utilizado para varredura de pragas de computador, como malwares ou ransomwares.
- C) é malicioso instalado sem seu consentimento no computador, para ganhar acesso a informações pessoais sensíveis.
- D) é uma ferramenta de monitoramento passivo benigna que captura dados do usuário enquanto está em funcionamento.

E) tem a mesma função e objetivo que malwares como phishing, ou seja, encriptar todos os seus dados privados.

**30 -** O Microsoft Office e o LibreOffice são suítes Office bem conhecidas e muito utilizadas. Dessa forma, é importante saber reconhecer os tipos de arquivos associados com cada ferramenta. Assinale a alternativa que representa corretamente a relação do arquivo padrão (não significa compatível) do Office e sua extensão e do LibreOffice com sua extensão.

- A) Word com arquivos .rar e Writer com arquivos .odp
- B) Excel com arquivos .xls e Calc com arquivos .ods
- C) PowerPoint com arquivos .ppt e Presenter com arquivos .bol
- D) Word com arquivos .dob e Calc com arquivos .xmt
- E) Excel com arquivos .xel e Writer com arquivos .omk.

### Conhecimentos gerais sobre o Sistema Único de Saúde

**31 -** Em 1907, foi criado o Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, onde foram estabelecidas normas e estratégias para o controle dos mosquitos, vetores da febre amarela (FUNASA, 2017). Esse órgão é o atual:

- A) Instituto Butantan.
- B) Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde.
- C) Instituto de Estudos para Políticas de Saúde.
- D) Instituto Nacional de Gestão em Saúde.
- E) Instituto Oswaldo Cruz.

**32 -** Em 1920, um professor da Universidade de Yale estabeleceu a seguinte definição: "A ciência é a arte de prevenir a doença, prolongar a vida, promover a saúde física e a eficiência através dos esforços da comunidade organizada para o saneamento do meio ambiente, o controle das infecções comunitárias, a educação dos indivíduos nos princípios de higiene pessoal, a organização dos serviços médicos e de enfermagem para o diagnóstico precoce e o tratamento preventivo da doença e o desenvolvimento da máquina social que assegurará a cada indivíduo na comunidade um padrão de vida adequado para a manutenção da saúde" (SOUZA, 2014, p.11). Essa definição diz respeito à/ao:

- A) saúde coletiva.
- B) saneamento básico.
- C) saúde pública.
- D) controle sanitário comunitário.
- E) saúde ambiental.

**33 -** Sobre as entidades que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS), é correto afirmar que o órgão responsável pela negociação e pactuação entre gestores federal, estadual e municipal, quanto aos aspectos operacionais do SUS, é denominada/o:

- A) Secretaria Estadual de Saúde (SES).
- B) Secretaria Municipal de Saúde (SMS).
- C) Comissão Intergestores Tripartite (CIT).
- D) Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
- E) Conselho Nacional de Secretário da Saúde (Conass).

**34 -** São reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que vinculados institucionalmente ao Conasems, na forma que dispuserem seus estatutos:

- A) Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems).
- B) Secretaria Estadual de Saúde (SES.)
- C) Comissão Intergestores Tripartite (CIT).
- D) Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).
- E) Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**35 -** Sobre os princípios do Sistema Único de Saúde, é correto afirmar que:

- A) a equidade refere-se ao princípio de que a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar esse direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais.

- B) regionalização e hierarquização significam que os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos e com definição e conhecimento da população a ser atendida.
- C) o princípio da universalização tem como objetivo diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas.
- D) participação popular é um princípio que considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação.
- E) integralidade refere-se ao princípio de que a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar esse direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais.

**36 -** Sobre os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde, é correto afirmar que:

- A) metade dos recursos destinados a estados e municípios será distribuída segundo o quociente de sua divisão pelo número de habitantes, independentemente de qualquer procedimento prévio.
- B) um terço dos recursos destinados a estados e municípios será distribuída segundo o quociente de sua divisão pelo número de habitantes, independentemente de qualquer procedimento prévio.
- C) no mínimo vinte por cento dos recursos destinados a estados e municípios será distribuído de acordo com o perfil epidemiológico da população a ser coberta, independentemente de qualquer procedimento prévio.
- D) uma vez que o Ministério da Saúde identifique, por meio de auditoria, que recursos foram desviados ou não aplicados corretamente para os fins aos quais foram destinados, caberá à Secretaria Estadual de Saúde aplicar as medidas previstas em lei.
- E) a previsão do plano anual de investimentos em rede é um dos critérios utilizados para o estabelecimento de valores a serem transferidos a estados, Distrito Federal e municípios.

**37 -** Segundo a Constituição Federal brasileira, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Esse conjunto se refere à:

- A) Sistema Único de Saúde.
- B) Saúde pública.
- C) Saúde coletiva.
- D) Seguridade social.
- E) Previdência privada.

**38 -** Trata-se de um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionam com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo, e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde, conforme a Lei nº 8.080/1990:

- A) vigilância sanitária.
- B) saúde do trabalhador.
- C) vigilância epidemiológica.
- D) vigilância nutricional.
- E) assistência terapêutica integral.

**39 -** Sobre o atendimento das populações indígenas pelo Sistema Único de Saúde, conforme a Lei nº 8.080/1990 é correto afirmar que:

- A) caberá exclusivamente ao estado onde se localizar a aldeia financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena daquela localidade.
- B) o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser centralizado.
- C) as populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo exclusivamente a atenção primária à saúde.
- D) pode-se optar por levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, contemplando aspectos exclusivamente, nesse caso, relativos ao meio ambiente e à demarcação de terras.
- E) as populações indígenas terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, quando for o caso.

**40 -** Assinale a alternativa correta em relação à Lei nº 8.080/1990.

- A) O atendimento e a internação domiciliares poderão ser realizados por indicação médica, independente da concordância do paciente e de sua família.
- B) Os atendimentos psicológicos não podem ser realizados na modalidade domiciliar.
- C) Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares, incluem-se, principalmente, os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social.
- D) O atendimento e a internação domiciliares serão realizados por equipes multidisciplinares que atuarão exclusivamente no nível da medicina preventiva.
- E) Não é permitida, no âmbito do SUS, a internação domiciliar.

**41 -** Conforme a Lei nº. 8.080/1990, sobre o acompanhamento durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, é correto afirmar que:

- A) não é permitido acompanhante junto à parturiente.
- B) é permitido um acompanhante somente durante o período de trabalho de parto.
- C) é permitido um acompanhante somente durante o período de trabalho de parto e parto.
- D) é permitido um acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.
- E) são permitidos dois acompanhantes somente no pós-parto imediato.

**42 -** Reúne-se a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo. Tal definição refere-se, conforme a Lei nº 8.142/1990:

- A) ao Conselho de Saúde.
- B) ao Plano de Saúde.
- C) à Conferência de Saúde.
- D) ao Ministério da Saúde.
- E) ao Fundo de Saúde.

**43 -** Segundo o Decreto nº 7.508/2011, qual a periodicidade com que o Ministério da Saúde consolida e publica as atualizações da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES)?

- A) Sempre que houver alterações.
- B) Mensalmente.
- C) Semestralmente.
- D) Anualmente.
- E) A cada dois anos.

**44 -** Em caráter permanente e deliberativo, é o órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários. Atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo. Esta definição refere-se, conforme a Lei nº 8.142/1990:

- A) à Conferência de Saúde.
- B) ao Fundo de Saúde.
- C) ao Plano de Saúde.
- D) ao Ministério da Saúde.
- E) ao Conselho de Saúde.

**45 -** Segundo o Decreto nº 7.508/2011, é a descrição geográfica da distribuição de recursos humanos e de ações e serviços de saúde ofertados pelo SUS e pela iniciativa privada, considerando-se a capacidade instalada existente, os investimentos e o desempenho aferido a partir dos indicadores de saúde do sistema. Trata-se da/do:

- A) Porta de Entrada.
- B) Mapa da Saúde.
- C) Região de Saúde.
- D) Rede de Atenção à Saúde.
- E) Posto de Saúde.

**46 -** É o espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde segundo o Decreto nº 7.508/2011.

- A) Porta de Entrada.
- B) Mapa da Saúde.
- C) Região de Saúde.
- D) Rede de Atenção à Saúde.
- E) Posto de Saúde.

**47 -** Segundo o Decreto nº 7.508/2011, sobre as regiões de saúde, é correto afirmar que:

- A) serão instituídas pela União.
- B) uma região de saúde abarca ações exclusivamente relacionadas à atenção primária, urgência e emergência.
- C) a instituição de Regiões de Saúde situadas em áreas de fronteira com outros países deverá respeitar exclusivamente as normas brasileiras.
- D) a instituição das Regiões de Saúde observará cronograma pactuado nas Comissões Intergestores.
- E) uma Região de Saúde abarca ações exclusivamente relacionadas à atenção primária, urgência e emergência e atenção psicossocial.

**48 -** Segundo o Decreto nº 7.508/2011, as Comissões Intergestores pactuarão diretrizes a respeito da organização das redes de atenção à saúde, principalmente no tocante à gestão institucional e à integração das ações e serviços dos entes federativos exclusivamente em âmbito:

- I - Nacional.
- II - Estadual.
- III - Regional.
- IV - Interestadual.
- V - Internacional.

Assinale a alternativa que contém esses entes federativos.

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, III, IV, apenas.
- C) II, III e V, apenas.
- D) I, II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

**49 -** Sobre o Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde, é correto afirmar que:

- A) a Secretaria de Saúde poderá instituir formas de incentivo ao cumprimento das metas de saúde e à melhoria das ações e serviços de saúde.
- B) as normas de elaboração e de fluxos do Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde serão pactuados pelo CIT, cabendo ao Ministério da Saúde coordenar a sua implementação.
- C) o Sistema Nacional de Auditoria e Avaliação do SUS, por meio de serviço especializado, fará o controle do Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde, cabendo sua fiscalização à Controladoria Geral da União.
- D) os partícipes incluirão dados sobre o Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde no sistema de informações em saúde organizado pela Secretaria Estadual da

Saúde, arquivando-os para posterior fiscalização, caso seja necessária.

- E) a humanização do atendimento do usuário será fator determinante para o estabelecimento das metas de saúde previstas no Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde.

**50 -** É correto afirmar, a respeito dos direitos do servidor do estado do Mato Grosso do Sul, conforme a Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990:

- A) o servidor inativo poderá receber, mensalmente, cumulativamente ou não, a título de remuneração, importância superior ao subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- B) serão concedidos ao funcionário ou à sua família os seguintes auxílios pecuniários: auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-creche e auxílio-transporte.
- C) além do vencimento, é direito do servidor do estado do Mato Grosso do Sul receber gratificação natalina, adicional por tempo de serviço, adicional de férias e gratificação de escolaridade.
- D) ao servidor que ocupar cargo em comissão ou função de confiança, bem como ao servidor que receber adicional de função que tenha por fundamento a compensação de prestação do trabalho fora ou além do expediente normal, será devido o adicional pela prestação de serviços extraordinários, desde que o seu trabalho, no exercício do cargo ou função, implique carga horária inferior a oito horas diárias, quarenta horas semanais ou cento e oitenta horas mensais.
- E) no caso de o funcionário exercer função de direção, chefia, assessoramento ou assistência, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem não será considerada no cálculo do adicional de férias.

### **Conhecimentos Específicos – Especialista de Serviços de Saúde - Gestor de Serviços de Saúde - Direito**

**51 -** Assinale a alternativa que NÃO corresponde às diretrizes e aos preceitos constitucionais que organizam as ações e os serviços públicos de saúde que integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, nos termos da Constituição Federal de 1988.

- A) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
- B) Atendimento integral, respeitando a dignidade e os direitos fundamentais do cidadão.
- C) Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- D) Participação da comunidade.
- E) Priorização às concessionárias de planos de saúde.

**52 -** Os contratos administrativos, regidos pela Lei nº 14.133/2021, poderão sofrer alterações na seguinte hipótese:

- A) sem justificativa e forma unilateral, pela administração pública, quando for necessária a modificação do valor contratual.
- B) feitas as devidas justificativas, de forma unilateral, pela administração pública, quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, com alteração do valor inicial atualizado e permitida a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

- C) de forma unilateral e sem a necessidade de justificativa pela administração pública, para mudança do objeto.
- D) feitas as devidas justificativas, por acordo entre as partes, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- E) de forma unilateral, pelo licitante, quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

**53 -** Sobre o tratamento de dados pertinentes à saúde do cidadão, assinale a alternativa que se encontra EM DISSONÂNCIA com o previsto na referida legislação:

- A) Às operadoras de planos privados de assistência à saúde é proibido o tratamento de dados de saúde para a prática de seleção de riscos na contratação de qualquer modalidade, assim como na contratação e na exclusão de beneficiários.
- B) É vedada a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica, exceto nas hipóteses relativas à prestação de serviços de saúde, de assistência farmacêutica e de assistência à saúde.
- C) Dados referentes à saúde são classificados, nos termos da Lei nº 13.709/2018, como dados sensíveis.
- D) O tratamento de dados poderá ser realizado para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.
- E) Independente do consentimento do titular é permitida a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica.

**54 -** Sobre as prerrogativas da administração pública e a duração dos contratos administrativos, nos termos que estabelece a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Quanto aos contratos administrativos, a administração poderá modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

- B) A administração pública poderá ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de risco à prestação de serviços essenciais e/ou necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.
- C) A administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos.
- D) A administração pública poderá aplicar sanções, por mera deliberação do gestor, mesmo sem que haja a devida motivação ou erro da Contratada.
- E) A administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

**55 -** Sobre as garantias que poderão ser exigidas nos contratos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, cabendo ao contratado optar por uma das modalidades de garantia, entre elas, seguro-garantia.
- B) A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, cabendo ao contratado optar por uma das modalidades de garantia, entre elas, o penhor legal.
- C) A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, cabendo ao contratado optar por uma das modalidades de garantia, entre elas, a caução em dinheiro.
- D) A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, cabendo ao contratado optar por uma das modalidades de garantia, entre elas, o caução em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

- E) A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, cabendo ao contratado optar por uma das modalidades de garantia, entre elas, fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil

**56 -** Para exercer o controle da Administração Pública, faz-se primeiro necessário compreender a normativa constitucional que a norteia, assim, conforme estabelece a normativa constitucional, art. 37, *caput* da Constituição Federal, assinale os princípios norteadores da administração pública.

- A) Princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) Princípios da legalidade, imparcialidade, celeridade, moralidade, eficiência e ampla defesa.
- C) Princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e efetividade.
- D) Princípios da legalidade, imparcialidade, livre demanda, interesse público e eficiência.
- E) Princípios da legalidade, impessoalidade, imoralidade, transparência, contraditório e efetividade.

**57 -** De acordo com a norma vigente, quais são os princípios fundamentais que regem a proteção de dados no Brasil?

- A) Finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização.
- B) Veracidade, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, prevenção e segurança.
- C) Publicidade, eficiência, qualidade dos dados, segurança e prevenção.
- D) Finalidade, adequação, necessidade, moralidade, impessoalidade e responsabilização.
- E) Moralidade, necessidade, finalidade, não discriminação e responsabilização.

**58 -** Assinale a alternativa que NÃO corresponde aos princípios e/ou fundamentos norteadores da LGPD.

- A) Proteção da liberdade de expressão e do direito à privacidade.
- B) Proteção aos direitos humanos e à autodeterminação afirmativa.
- C) Proteção à vida privada e à moradia.
- D) Processo ao livre acesso de dados e à livre manifestação de vontade ou consentimento.
- E) Proteção da privacidade.

**59 -** O que é um dado anonimizado?

- A) Dado pessoal relacionado à pessoa natural, identificada ou identificável, ou seja, tudo que puder ajudar a identificar uma pessoa pode ser considerado dado pessoal.
- B) Dados que não podem ser atribuídos a um indivíduo sem a devida complementação informacional.
- C) Dados públicos que necessitam de cautela e de tratamento especial.
- D) Dados que contenham informações de foro íntimo.
- E) Dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

**60 -** Entre as modalidades de tratamento de dados previstas na LGPD, quais exigem "um tratamento diferenciado na Lei, com uma tutela mais rígida, já que envolvem informações de foro mais íntimo, sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural"?

- A) Dados públicos.
- B) Dados pessoais indiretos.
- C) Dados pessoais sensíveis.
- D) Dados pessoais diretos.
- E) Dados anonimizados.

**61 -** Segundo o art. 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Acerca da interpretação dada aos princípios Constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- A) A regra no Estado democrático de Direito inaugurado pela Constituição de 1988 é a publicidade dos atos estatais, sendo vedada a decretação de sigilo.
- B) Os processos administrativos sancionadores instaurados por agências reguladoras contra concessionárias de serviço público devem obedecer ao princípio da publicidade durante toda a sua tramitação, ressalvados eventuais atos que se enquadrem nas hipóteses de sigilo previstas em lei e na Constituição.
- C) Os processos administrativos sancionadores instaurados por agências reguladoras contra concessionárias de serviço público devem permanecer em sigilo durante toda a sua tramitação, ressalvados eventuais atos que se enquadrem nas hipóteses de publicidade previstas em lei e na Constituição.
- D) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por

afinidade, até o quarto grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

- E) A Constituição ressalva a publicidade em apenas três hipóteses: (i) informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança do Estado e da sociedade (art. 5º, XXXIII, parte final); (ii) proteção à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas (arts. 5º, X, e 37, § 3, II, CF/1988) e (iii) quando envolver processos administrativos sancionadores instaurados por agências reguladoras.

**62 -** Uma determinada lei municipal, anterior à Constituição Federal de 1988, concedeu pensão por morte e por invalidez para os mandatos políticos municipais, beneficiando os ex-ocupantes dos cargos, seus cônjuges ou companheiros sobreviventes, bem como seus descendentes consanguíneos de 1º grau. Provocado a se manifestar sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal decidiu que:

- A) os cargos políticos do Poder Legislativo e do Poder Executivo municipal têm caráter temporário e transitório, motivo pelo qual não se justifica a concessão de qualquer benefício a ex-ocupante do cargo de forma permanente, sob pena de afronta aos princípios da igualdade, da impessoalidade, da moralidade pública e da responsabilidade com gastos públicos.
- B) apesar de os cargos políticos do Poder Legislativo e do Poder Executivo municipal terem caráter temporário e transitório, a lei impugnada foi declarada constitucional ao argumento de que foi editada na vigência de ordem constitucional diversa.
- C) os cargos políticos do Poder Legislativo e do Poder Executivo municipal têm caráter temporário e transitório, contudo, em virtude do princípio da segurança jurídica e da impossibilidade de retroatividade de efeitos patrimoniais, a lei impugnada foi declarada constitucional.
- D) os cargos políticos do Poder Legislativo e do Poder Executivo municipal têm caráter temporário e transitório, mas de efeito permanente, sendo declarada constitucional a lei impugnada.
- E) os cargos políticos do Poder Legislativo e do Poder Executivo municipal têm caráter temporário e transitório, mas, por razões de segurança institucional e proteção ao princípio republicano, justifica-se,

excepcionalmente, a concessão de benefício a ex-ocupante do cargo de forma permanente.

**63 -** Determinada lei do estado X estabeleceu preferência na ordem de classificação de concursos públicos em favor de candidato já pertencente ao serviço público estadual daquele estado nos seguintes termos:

"Art. 10. A aprovação em concurso público gera o direito à nomeação, respeitada a ordem de classificação dos candidatos habilitados.

§1º Terá preferência para a ordem de classificação o candidato já pertencente ao serviço público estadual e, persistindo a igualdade, aquele que contar com maior tempo de serviço público ao Estado.

§2º Se ocorrer empate de candidatos não pertencentes ao serviço público do Estado, decidir-se-á em favor do mais idoso."

Em virtude dessa situação, a Procuradoria-Geral da República ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Em julgamento na ADI 5.358, o Supremo Tribunal Federal decidiu que:

- A) é constitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreçam candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo, pois o critério atende ao interesse público, não encerrando tratamento diferenciado em descompasso com os princípios republicano e democrático.
- B) é constitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreçam candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo, pois o preceito disciplina critérios objetivos a formar base de um sistema destinado à garantia de concorrência aberta, plural e em condições de igualdade a cargos públicos.
- C) é inconstitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreçam candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo.
- D) é constitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreçam candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo, em respeito à autonomia administrativa do ente federativo.
- E) é constitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreçam candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo, pois assegura a seleção do candidato mais capacitado ou experiente, já que favorece o servidor estadual que já foi aprovado em prévio concurso público.

**64 -** Acerca do direito de greve de servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- A) A administração pública não pode, em nenhuma hipótese, proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos.
- B) O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é permitido aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.
- C) A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, mesmo se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.
- D) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- E) O direito de greve é proibido pela Constituição Federal aos servidores públicos.

**65 -** A Lei 9.784 de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito Federal, estabelece alguns atos que não podem ser objeto de delegação. Segundo o texto legal, são eles:

- A) a edição de atos de caráter geral, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- B) a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- C) a edição de atos de caráter geral, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência do órgão ou autoridade.
- D) a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos, somente.
- E) a edição de atos de caráter deliberativo, a decisão de recursos judiciais e as matérias de competência privativa do órgão ou autoridade.

**66 -** Acerca da interpretação dada pelo Superior Tribunal de Justiça na temática de processo administrativo sancionador, assinale a alternativa correta.

- A) É desnecessária condenação anterior na ficha funcional do servidor ou anotação de fato que o desabone, para que seus antecedentes sejam valorados como negativos na dosimetria da sanção disciplinar.
- B) Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão, em razão da prática de improbidade administrativa, salvo no caso de prévia condenação por autoridade judicial à perda da função pública, quando, então, haverá a

perda de objeto na aplicação da sanção administrativa.

- C) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar impede a exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- D) A autoridade administrativa dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 8.112/90.
- E) Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão, em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação por autoridade judicial à perda da função pública.

**67 -** Analise a seguinte situação hipotética: em junho de 2000, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorizou que as concessionárias de telefonia reajustassem as tarifas cobradas em 9%. Esse reajuste foi baseado em cláusula do contrato de concessão, que permitia o reajuste da tarifa telefônica em percentual superior ao índice inflacionário. Em virtude disso, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a Anatel e as concessionárias, questionando a fórmula de reajuste, que seria prejudicial aos consumidores, por acarretar um aumento excessivo das tarifas. O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal que, no julgamento do tema 991, fixou a seguinte tese:

- A) afronta o princípio da separação dos poderes a anulação judicial de cláusula de contrato de concessão firmado por agência Reguladora e prestadora de serviço de telefonia que, em observância aos marcos regulatórios estabelecidos pelo legislador, autoriza a incidência de reajuste de alguns itens tarifários em percentual superior ao do índice inflacionário fixado quando este não é superado pela média ponderada de todos os itens.
- B) não se coaduna com os princípios constitucionais e legais da cláusula do contrato de concessão que confere à agência reguladora e às concessionárias a prerrogativa de incidência de reajuste de alguns itens tarifários em percentual superior ao do índice inflacionário fixado.
- C) além de não se reconhecer razoabilidade para tal permissividade, não há justificativa alguma para que se admita a permanência de cláusula potestativa que deixa ao livre alvedrio da empresa de telefonia construir a tabela com os preços dos serviços da forma que lhe for mais conveniente (e lucrativa).
- D) afronta o princípio da separação dos poderes a anulação judicial de cláusula de contrato de concessão firmado por agência reguladora e prestadora de serviço de telefonia que, mesmo sem observância aos

marcos regulatórios estabelecidos pelo legislador, autoriza a incidência de reajuste de itens tarifários em percentual superior ao do índice inflacionário fixado.

- E) afronta o princípio da separação dos poderes a anulação judicial de cláusula de contrato de concessão firmado por agência reguladora e prestadora de serviço de telefonia que, em observância aos marcos regulatórios estabelecidos pelo legislador, autoriza a incidência de reajuste de alguns itens tarifários em percentual superior ao do índice inflacionário fixado, ainda que este seja superado pela média ponderada de todos os itens.

**68 -** De acordo com a Constituição Federal, são bens públicos dos estados:

- A) as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e das construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.  
B) o mar territorial.  
C) os potenciais de energia hidráulica.  
D) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.  
E) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

**69 -** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- A) Qualquer cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União. A denúncia, contudo, não pode ser feita por partido político, associação ou sindicato.  
B) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.  
C) Qualquer cidadão e partido político são partes legítimas para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União. A denúncia, contudo, não pode ser feita por associação ou sindicato.  
D) Qualquer partido político e associações são partes legítimas para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União. A denúncia, contudo, não pode ser feita por cidadão ou sindicato.  
E) As Constituições estaduais dispõem sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por setenta Conselheiros.

**70 -** Nos termos do art. 31 da Constituição Federal, como se dará a fiscalização do Município?

- A) Será exercida pelo Ministério Público Municipal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.  
B) Será exercida pelo Poder Judiciário Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.  
C) Será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.  
D) Será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.  
E) Será exercida pelo Poder Executivo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Legislativo Municipal, na forma da lei.

**71 -** Nos termos da Constituição Federal, a responsabilidade civil por danos nucleares:

- A) independe da existência de culpa.  
B) depende da existência de culpa.  
C) depende da existência de dolo.  
D) é inexistente.  
E) independe da existência de dolo, mas necessita da existência de culpa.

**72 -** Acerca do entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça sobre ocupação indevida de bem público, assinale a alternativa correta.

- A) A ocupação indevida de bem público configura propriedade, suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.  
B) A ocupação indevida de bem público configura posse, de natureza definitiva, suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.  
C) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.  
D) A ocupação indevida de bem público configura propriedade, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.  
E) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

**73 -** Acerca da legitimidade ativa para a execução de multas aplicadas por Tribunais de Contas estaduais, assinale a alternativa correta que reflete tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal.

- A) Somente a União tem legitimidade ativa para a execução de multas aplicadas por Tribunais de Contas estaduais em face de agentes públicos municipais, que, por seus atos, tenham causado prejuízos a municípios.
- B) Os estados e municípios têm legitimidade ativa concorrente para a execução de multas aplicadas por Tribunais de Contas estaduais, em face de agentes públicos municipais que, por seus atos, tenham causado prejuízos a municípios.
- C) Os estados não têm legitimidade ativa para a execução de multas aplicadas por Tribunais de Contas estaduais, em face de agentes públicos municipais, que, por seus atos, tenham causado prejuízos a municípios. O município, ao contrário, possui essa legitimidade.
- D) Os estados têm legitimidade ativa exclusiva para a execução de multas aplicadas por Tribunais de Contas estaduais, em face de agentes públicos municipais que, por seus atos, tenham causado prejuízos a municípios.
- E) O Ministério Público atuante junto às Cortes de Conta tem legitimidade ativa para a execução de multas aplicadas por Tribunais de Contas estaduais, em face de agentes públicos municipais que, por seus atos, tenham causado prejuízos a municípios.

**74 -** Acerca do regime jurídico-administrativo previsto na Constituição Federal sobre a administração indireta, assinale a alternativa correta.

- A) Somente por decreto poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- B) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- C) Somente por resolução poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- D) Somente por lei complementar poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- E) Somente por ato administrativo poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.

**75 -** A Constituição Federal estabelece que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão. Acerca do tema, o Superior Tribunal de Justiça, em entendimento sumulado, entende que:

- A) o portador de visão monocular não pode prestar concurso público.
- B) o portador de visão monocular não tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.
- C) o portador de surdez unilateral se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.
- D) o portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.
- E) o portador de surdez unilateral não pode prestar concurso público.

**76 -** Acerca do regime jurídico-administrativo e da previsão de autorização de contratação prevista na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) É vedada, em qualquer caso, a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- B) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- C) Somente decreto estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- D) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- E) A lei complementar estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

**77 -** Nos termos da Constituição Federal, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado:

- A) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 80 (oitenta) anos de idade.
- B) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 60 (sessenta) anos de idade.
- C) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.

- D) compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- E) compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.

**78 -** Sobre as simetrias estabelecidas pela Constituição Federal acerca dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.

- A) Existe paralelismo entre o modelo federal estabelecido ao Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Município.
- B) Não existe paralelismo entre o modelo federal estabelecido ao Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado, sendo essa mais uma das assimetrias constitucionais entre os entes federados.
- C) Não existe paralelismo entre o modelo federal estabelecido ao Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, sendo essa mais uma das assimetrias constitucionais entre os entes federados.
- D) Não existe paralelismo entre o modelo federal estabelecido ao Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas dos Territórios, sendo essa mais uma das assimetrias constitucionais entre os entes federados.
- E) Não existe paralelismo entre o modelo federal estabelecido ao Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Município, sendo essa mais uma das assimetrias constitucionais entre os entes federados.

**79 -** Em acordo com a Lei nº 8.429 de 1992, são condutas que caracterizam ato de improbidade administrativa:

- I - nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- II - impedir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência, em razão das atribuições, e que deva permanecer em segredo, colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- IV - revelar fato ou circunstância de que tem ciência, em razão das atribuições, e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas os itens I e III estão corretas.
- B) Apenas os Itens III e IV estão corretas.
- C) Apenas os itens I, II e III estão corretas.
- D) Apenas os itens I, III e IV estão corretas.
- E) Apenas os itens II e IV estão corretas.

**80 -** Em acordo com a Lei da Improbidade (nº 8.429/92), quem poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade?

- A) Apenas o Ministério Público competente.
- B) Apenas a autoridade que conhecer os fatos.
- C) Qualquer pessoa.
- D) Apenas a corregedoria competente.
- E) Apenas o Tribunal de Contas competente.